

**ATA**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, no Pavilhão Multiusos da Escola Secundária de Caldas das Taipas, na Vila de Caldas das Taipas, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e José Manuel Torcato Ribeiro. Não compareceu o Vereador Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, em regime de substituição, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

Pelas 10:00 horas o Presidente da Câmara anunciou que, antes de se dar início aos trabalhos, um quarteto de metais da Banda Musical de Caldas das Taipas iria oferecer uma atuação aos presentes. Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu ao quarteto de metais da Banda Musical das Taipas a presença na sessão, felicitando-os pela qualidade e brilho da sua prestação. -----

Agradeceu especialmente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas, Arq.º Constantino Veiga, a quem concedeu a palavra. O Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas tomou a palavra lendo, em voz alta, um documento cujo teor se transcreve: "Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães; Exmos. Vereadores da Câmara; Exmos autarcas presentes e membros dos

órgãos das freguesias; Exma Comunicação Social presente; Taipenses: A realização da reunião pública do órgão executivo do município de Guimarães na vila de Caldas das Taipas é motivo de especial regozijo da freguesia de Caldelas, do centro urbano que a compõe e porque não das freguesias que nela se manifestam. Um regozijo que se converte em agradecimento sincero ao órgão executivo do município que aqui se manifesta de forma, diria, exuberante. Sair do conforto Convento de Santa Clara, para vir reunir às freguesias do concelho, constitui para nós, um sinal claro de que as políticas para as freguesias que se encontram fora do perímetro da cidade de Guimarães são uma prioridade para o município. E se tal é motivo de regozijo, simultaneamente oferece uma oportunidade, um desafio e reflexão sobre qual há-de ser a ideia, o modelo ou o projeto de um concelho desenvolvido, integrado e coeso no qual a freguesia e a povoação de Caldas das Taipas reclama e quer ser elemento ativo e até preponderante. Exm.º Sr. Presidente e Vereadores: estamos aqui para dizer que o passado não nos interessa. É o presente e o futuro que nos apoquentam, nos perturba e nos torna mais exigentes. O presente passa pelo reconhecimento da grande densidade urbana da vila de Caldas das Taipas: não nos referimos a uma densidade populacional residente; mas a uma densidade de mobilidade urbana que se manifesta na presença diária de milhares de pessoas e veículos nas ruas da vila, com especial incidência nas que servem as duas escolas – secundária e EB 2,3 e é desse tempo que falaremos. É imperioso que as Ruas das Taipas destinadas ao tráfego automóvel, os passeios destinados às pessoas, porque profundamente urbanos e, por isso, com uso intenso, estejam permanentemente aptos a servir os cidadãos vimaranenses, é disso que se trata e deva ser assumido com



dignidade com dignidade. Paralelamente o saneamento, as águas pluviais, as árvores os jardins e os equipamentos públicos com a dignidade solicitada, deverão naturalmente servir a população, as pessoas. O executivo municipal já percebeu essa necessidade e vai assumi-la, concerteza. Por outro lado, convém alavancar as Taipas do futuro, e investir nos recursos naturais que são únicos e que, desse modo, possam ser uma mais valia e o elo indispensável para a coesão no concelho: O Rio Ave e a sua zona Ribeirinha. É imperioso requalificar o Parque de Lazer das Taipas, estendê-lo a montante até à Praia Seca e a jusante até à Levada de Monte Além; dotá-lo de funcionalidades que ainda não tem, criando uma zona verde ampla que a torne única no concelho. A zona Ribeirinha das Taipas tem essa potencialidade e nós já avançamos com um projeto em 2007 que vossa Ex.<sup>a</sup> tem conhecimento e que pode ser a matriz de um projeto de âmbito municipal pela sua grandeza e repercussão. Em paralelo, e nada como a força do município para o conseguir, fazer com que o Rio Ave corra despoluído, e para não pedir muito, até à Levada do Monte Além. A nível local, o município é a entidade que deve liderar um processo de despoluição do Rio, quer pelos meios próprios que tem ao seu alcance, uma vez que é uma empresa sua participada que gere o saneamento no concelho, quer pelo peso institucional que tem. Estamos certos que o município de Guimarães tem a ganhar com esse investimento a realizar nas Taipas, pois a recuperação do Rio, a requalificação do Parque de Lazer, o seu alargamento, serão um serviço fundamental e absolutamente necessário para que a atividade de termas e bem-estar sejam potenciadas e enquadradas ambientalmente. Senhor presidente, senhores vereadores, estimado público. O sentido de responsabilidade que este trabalho nos exige, mesmo sendo

gratuito e voluntário, obriga-nos a grandes sacrifícios. Servir as pessoas não é quando o presidente quer, nem nunca assim deverá ser, mas sim quando a população necessita. Queremos que as Taipas, tal como no passado, seja uma zona procurada pela excelência dos seus espaços verdes e zona ribeirinha com ofertas diversificadas; que seja, nessa vertente, uma referência positiva no concelho. Sei da sua honestidade, da sua educação, da sua competência da sua vontade. Falta apenas a sua decisão. Cortar com o passado é mesmo um imperativo. Não adie o sucesso desta terra e das suas gentes. Isso é possível, e o investimento a realizar está perfeitamente ao alcance do município, assim o queiram e está nas Vossas mãos. Conte connosco. Muito obrigado pela oportunidade!” -----

De seguida, o Presidente da Câmara agradeceu, especialmente, ao Dr. José Augusto Araújo, Diretor da Escola Secundária de Caldas das Taipas, por ter disponibilizado as instalações da Escola Secundária para realização desta reunião. Agradeceu, ainda, ao Diretor do Agrupamento de Escolas das Taipas, aos alunos, corpo docente e discente da Escola Secundária de Caldas das Taipas e da EB 2,3 de Caldas das Taipas, ao Presidente da União das Freguesias de Briteiros Santo Estevão e Donim e restantes elementos, à Presidente da União das Freguesias de Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia, ao Presidente da Junta da Freguesia de Sande S. Martinho, ao Presidente da União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, ao Presidente da União das Freguesias de Souto Santa Maria, Souto S. Salvador e Gondomar, ao Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas, ao Comandante do Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas, ao Presidente da Mesa da Associação Comercial e Industrial das Taipas, ao Presidente da



Banda de Música das Taipas, ao Presidente da Direção do jornal Reflexo, ao representante da Fábrica da Igreja da Paróquia de S. Tomé de Caldelas, ao Presidente da Direção do Centro de Atividades Recreativas Taipense, ao subdiretor do Agrupamento de Escolas de Briteiros, à comunicação social presente, aos munícipes, de modo especial aos Taipenses presentes nesta reunião, que considerou ser demonstrativo do interesse que os cidadãos têm pela política local. Agradeceu, também, a presença do Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA, Dr. Armindo Costa e Silva. De seguida, agradeceu a disponibilidade para este projeto de descentralização das reuniões do Executivo aos Senhores Vereadores e à equipa técnica da Câmara Municipal. No seguimento, anunciou que iria ser apresentada uma exposição sobre o estudo estratégico elaborado para a Vila e sobre o projeto de centralidade que abrange a área envolvente à Avenida da República. -----

Tomou a palavra o Arq.º Fernando Seara de Sá, apresentando o estudo prospetivo de Caldelas, realizado há cinco anos, abrangendo a área em torno do Rio Ave, que teve como objetivo estabelecer conexões entre pontos estruturantes do território e identificar áreas tendo em vista a melhoria da qualidade do espaço urbano. O estudo apresentado contempla igualmente a análise da estrutura viária, as zonas verdes, o parque público adjacente ao rio, as zonas urbanas ajardinadas e a ligação do parque, enquadradas na moldura proporcionada pelas áreas. Fazendo referência a vários estudos, o Arq.º Seara de Sá assinalou alguns que integram o estudo prospetivo como, por exemplo, a intervenção já realizada no edifício dos Banhos Velhos. De seguida, foi apresentado pelo mesmo arquiteto o projeto de requalificação da Escola EB 2,3 das Caldas das Taipas que propõe

uma transformação completa da escola libertando espaço para zonas ajardinadas e de recreio, realçando a construção de um edifício administrativo e de apoio, de um edifício de aulas e de um pavilhão desportivo que servirá, também, a comunidade. -----

A seguir tomou a palavra a Eng.<sup>a</sup> Margarida Pereira, Técnica Superior da Câmara Municipal de Guimarães, para explicar as intervenções que vão ser executadas na Vila das Taipas no âmbito da empreitada de requalificação de várias vias do concelho, em que se prevê a requalificação de pavimentos e melhoria das condições de circulação, construção de passeios e drenagem de águas pluviais abrangendo a rua 19 de Junho, Largo da Taipa e rua da Botica, rua Prof. Manuel José Pereira, rua Comandante Carvalho Crato e a rua de Santo António. -----

De seguida, o Arq.<sup>o</sup> Paulo Castelo Branco, Técnico Superior da Câmara Municipal de Guimarães, fez a apresentação de um estudo prévio da centralidade da Vila das Taipas, abrangendo a Avenida da República e os principais equipamentos situados nas suas imediações, apontando para o condicionamento do trânsito, melhoria das acessibilidades pedonais, manutenção da arborização centenária, do coreto e de alguns elementos como a antiga cerca do jardim do Toural atualmente a delimitar o antigo mercado da mencionada Vila. -----

O Presidente da Câmara, relativamente aos estudos e projetos apresentados, lembrou que o projeto da obra da EB 2,3 das Taipas, está em fase de concurso, mas que a sua execução ficará condicionada pela aprovação da candidatura comunitária. Sobre o estudo prospetivo disse que será atualizado de imediato enquanto o estudo da centralidade será repensado, para que se tenha em atenção o interesse dos concidadãos que aqui residem. Disse, ainda, pretender que este espaço, se torne mais aberto e se



transforme num local de fruição, de passeios e de encontro, ciclável e com forte restrição ao trânsito automóvel. -----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Cumprimentou o Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas, bem como os membros dos órgãos das freguesias, o Diretor da Escola Secundária de Caldas das Taipas, Dr. José Augusto Araújo e os Diretores dos Agrupamentos de Escolas das Taipas e de Briteiros. Fez um cumprimento especial aos alunos, salientando, em especial, os alunos do Curso de Ciências Políticas. De seguida, referiu que a Vila de Caldas das Taipas localiza-se entre duas grandes cidades da região do norte do país, sendo uma localidade que afirma a sua centralidade de uma forma especial. Disse que esta região tem potencialidade industrial ao nível dos sectores têxtil e do calçado, sendo, no entanto, a indústria das cutelarias a afirmar-se a nível internacional. Referiu, ainda, que a Vila das Taipas tem uma potencialidade turística idiossincrática ao nível dos recursos naturais e da zona ribeirinha. Mencionou a Citânia de Briteiros como exemplar único da cultura castreja na Península Ibérica, lembrando a possibilidade de uma candidatura a Património Cultural da Humanidade e a sua importante preservação. Disse ter ficado satisfeito com as exposições apresentadas no âmbito dos estudos urbanísticos elaborados para a Vila, salientando a importância das intervenções que estão previstas para a Avenida da República conferindo-lhe harmonização e uniformidade a uma área que apresenta várias etapas de intervenção diferentes. Acrescentou que as intervenções previstas deverão ser objeto de diálogo institucional com os órgãos locais eleitos. Defendeu que a afirmação da Vila das Taipas só acrescenta a Guimarães e nada lhe retira, pelo que disse não compreender a razão do

desinvestimento ou do investimento não correspondente à dimensão populacional da Vila por parte da Câmara Municipal neste passado recente. Sobre o futuro disse que servir as Taipas é servir Guimarães, dizendo que as Taipas sempre foi local de escolha dos vimaranenses para utilização de equipamentos acrescentando que não se pode recriar uma população que se queira afirmar. Por último, defendeu uma via de configuração urbana de ligação entre a Vila das Taipas e Guimarães com o intuito de aproximar estas localidades. -----

**2 – Vereadora Helena Soeiro – a)** – Cumprimentou os presentes, começando pelo anfitrião Dr. José Augusto Araújo e pelo Presidente da Junta de Freguesia, Arq.º Constantino Veiga, bem como as demais autoridades presentes e os habitantes da vila das Taipas. De seguida, leu em voz alta um documento sobre a rede de atendimento digital formada por mil Espaços-Loja do Cidadão que o Governo vai criar, até ao final de 2015, solicitando que o seu teor, que a seguir se transcreve, ficasse registado em ata: “Pretende-se, com isto, formar uma rede constituída por um Espaço do Cidadão em cada localidade. Nestes espaços, tanto os particulares como os empresários poderão tratar de todos os assuntos relacionados com os serviços públicos, num único local. Além desta vantagem, de concentrar os serviços e disponibilizá-los de forma descentralizada, o atendimento digital será assistido por um mediador de cidadania, o que permitirá o acesso de todos os cidadãos, incluindo aqueles que, normalmente, têm o acesso dificultado aos serviços, quer pela distância a que se encontram dos grandes centros urbanos, quer por não dominarem as tecnologias digitais. O programa será desenvolvido através de parcerias estabelecidas entre o Estado e as juntas de freguesia, associações empresariais e outras entidades privadas que prestem





serviço público, mas os parceiros preferenciais são os CTT, pela rede de lojas de que já dispõem, e as juntas de freguesia, pela proximidade aos cidadãos, mesmo nas zonas menos povoadas. Estes parceiros disponibilizam o espaço e asseguram as despesas correntes de energia, comunicação e consumíveis, bem como os encargos relativos aos recursos humanos destacados para a função de mediador de cidadania. Ao Estado cabe assumir os custos da digitalização dos serviços, do back-office, do kit modular com dois ou três postos de atendimento, do apoio de retaguarda para o esclarecimento de dúvidas e da formação dos mediadores de cidadania. O programa encontra-se, já, em fase de implementação, que se iniciou com o projeto-piloto na zona de Lisboa mas que, a partir do segundo trimestre deste ano, será alargado a todo o país. Para a vereadora da coligação Juntos por Guimarães, esta intervenção tem toda a oportunidade realizada numa reunião de Câmara que tem lugar na vila das Taipas. Sendo a Vila das Taipas o maior centro urbano do concelho de Guimarães, a seguir à Cidade, pensamos que este seria o local ideal para abrir o primeiro Espaço do Cidadão no concelho de Guimarães. Sendo esta uma medida deste Governo e que está ao alcance da Junta de Freguesia. A criação de um Espaço do Cidadão na Junta de Freguesia seria uma mais-valia para os habitantes das Taipas, pois permitiria que pudessem resolver num só local e de uma forma simples, um conjunto de necessidades tais como solicitar a renovação da carta de condução, pedir declarações da Segurança Social, entregar a declaração do IRS, pedir isenções do IMI, inscrever alunos nas escolas. Seria mais uma manifestação da centralidade que as Taipas assumem inequivocamente. É, pois, neste sentido que faço esta intervenção. Como um desafio à população das Taipas. Para que, caso concordem com esta nossa

sugestão, assumam esta oportunidade, aproveitem esta iniciativa do Governo e possam iniciar, com a maior brevidade possível, o processo de criação de um Espaço do Cidadão na Junta de Freguesia de Caldelas, para que não só os seus habitantes como, também, aqueles que residem na zona norte do concelho de Guimarães possam ser dos primeiros a beneficiar com a criação deste programa.” -----

**3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** – Saudou o Presidente da Junta de Freguesia de Caldelas, o anfitrião Dr. José Augusto Araújo, Diretor da Escola Secundária de Caldas das Taipas, os Presidentes de Juntas de Freguesia presentes, entidades civis e religiosas, público presente e em especial os jovens. Disse que a participação do público local na vida política autárquica era da maior importância. Continuou, dizendo subscrever, quase na íntegra, aquilo que o Vereador André Coelho Lima havia dito na sua intervenção em relação às estratégias. Considerou que mais do que trazer os problemas nestas reuniões descentralizadas, era importante ouvir o público no período que lhe está reservado para esse efeito. Saudou a atitude do Presidente da Câmara de abrir à participação de todos os projetos apresentados, referindo que o exercício democrático deve fazer com que a gestão do espaço público seja discutida. Contudo, lamentou que, enquanto Vereador, não tivesse tido conhecimento da elaboração e do curso dos planos previstos para uma região do concelho. -----

**4 – Presidente da Câmara** – Agradeceu as intervenções, dizendo, contudo, querer corrigir alguns aspetos das declarações do Vereador André Coelho Lima. Assim, disse que não se devia esquecer que houve vários investimentos interessantes nas Taipas, alguns diretamente da administração central, com apoio da administração local, designadamente na EB1 do Pinheiral, na



Escola Secundária das Caldas das Taipas e no Parque de Ciência e Tecnologia, que constitui um elemento excecional de desenvolvimento que o concelho tem que agarrar em definitivo, tratando-se de uma estrutura importante para esta região. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1.** Do ofício da VITRUS Ambiente EM SA remetendo, para conhecimento e em cumprimento do disposto na alínea e) do art.º 42.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o relatório do 4.º trimestre relativamente à execução orçamental daquela empresa, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**2.** Do ofício da VITRUS Ambiente EM SA remetendo, para conhecimento e em cumprimento do disposto nos seus Estatutos, o Relatório e Contas de 2013, aprovado em Assembleia Geral realizada no passado dia 31 de março, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**3.** Do ofício da Cooperativa Taipas Turitermas remetendo, para conhecimento, o Relatório de Gestão do ano de 2013, aprovado na Assembleia Geral de Cooperadores realizada no passado dia 27 de março, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2014.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se a Vereadora Helena Soeiro, por não ter estado presente na sessão. -

**OBRAS PÚBLICAS – BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS EM**

## **VÁRIAS FREGUESIAS DO CONCELHO – ERROS E OMISSÕES**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de abril de 2014, que aprovou a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “As listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados ao presente procedimento foram objeto de análise por parte da DEP (Divisão de Estudos e Projetos), tendo considerado que todos os erros e omissões deveriam ser rejeitados. Nos termos do n.º 5 do art.º. 61º do Código dos Contratos Públicos, e respetivas alterações, nomeadamente as introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho, submete-se à consideração do dono da obra, representado pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Domingos Bragança, a rejeição dos referidos erros e omissões, devendo o respetivo despacho ser publicitado na plataforma eletrónica vortalgov, junto às peças do procedimento que se encontram patenteadas em concurso e notificados todos os interessados que as tenham adquirido. Deverão ainda os interessados ser informados que as propostas deverão ser entregues no dia 28 de abril de 2014 até às 17:00 horas e serão abertas às 10:00 horas do dia útil imediato.” **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**-----

## **PROTOCOLOS - PROGRAMA PARA A MOBILIDADE ELÉTRICA MOBI.E - ADENDA A CONTRATO DE CONSÓRCIO - CONSÓRCIO RENER LIVING LAB (RENER LL)**

– Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães celebrou, em 21 de setembro de 2009, um contrato de consórcio com outros 23 municípios e a associação INTELLI – Inteligência para a Inovação, cujo objeto consistia na criação da Rede Piloto para a Mobilidade Elétrica através do desenvolvimento concertado de ações destinadas à implementação do Modelo de Mobilidade MOBI.E,



conforme documento que se junta em anexo (doc. 1). As partes naquele contrato, os Municípios e a Associação, bem como o Município de Lisboa que entretanto aderiu igualmente a este Contrato e a este Projeto, pretendem celebrar, agora, uma adenda ao contrato, nos termos da minuta que se anexa (doc. 2). No objecto do consórcio definido no contrato de que este documento constitui adenda, as partes acordaram que o contrato teria, também, como objecto, a criação e dinamização da Rede de Cidades Inteligentes em Portugal, que visa fomentar a competitividade económica, a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento cultural e a coesão social com vista à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, através da promoção do planeamento estratégico e da adopção de ferramentas integradas de desenvolvimento sustentável. Esta Rede de Cidades Inteligentes resulta de uma evolução da Rede Piloto para a Mobilidade Eléctrica, em termos de áreas estratégicas de atuação, mantendo o consórcio a mesma designação – RENER LL. Nestes termos, ao abrigo do disposto na al. ff) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e porque se mantém os pressupostos que levaram à celebração do primeiro contrato, proponho que a Câmara Municipal aprove a minuta da adenda a celebrar no âmbito daquele contrato de consórcio, conforme documento em anexo.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REALIZAÇÃO DE UM PROCEDIMENTO ATINENTE À REALIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DA NOVA VIA DE ACESSO AO AVEPARK** – Presente a seguinte informação do Chefe de

Divisão de Estudos e Projetos, em regime de substituição: "1. Objecto: contratação de um serviço referente à realização de um levantamento topográfico para desenvolvimento do projeto referente à nova via de acesso ao AVEPARK, freguesia de Barco. 2. Considerandos: • A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requiere conhecimentos e formação de topografia. • De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil, nem com o recurso à bolsa de mobilidade (INA); • Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: • Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, referente à realização de um levantamento topográfico para estudo e elaboração do projeto de uma nova via que se pretende criar com o intuito de ligar a EN101 em Fermentões ao denominado parque tecnológico - AVEPARK, sito na Freguesia de Barco. Trata-se de um eixo considerado prioritário e estratégico para o desenvolvimento económico do concelho com relevo e impacto no tecido empresarial: a) O objecto do contrato que aqui se pretende realizar diz respeito reporta-se ao levantamento de uma área de território que abrange dois possíveis traçados (a estudar) numa extensão de cerca de 10.000m lineares, por um corredor com cerca de 60m de largura, o qual deverá deter um rigor não inferior à escala 1/500, identificando os principais elementos existentes, não só ao nível da orografia do terreno, mas também de coberto vegetal mais relevante e



elementos físicos que possam condicionar o estudo da via pretendida. Este trabalho deverá igualmente contar com a altimetria e curvas de nível, bem como a apresentação de perfis caracterizadores das situações mais complexas, recorrendo-se à georreferencia Hayford Gauss Datum 73. b) Os elementos a realizar implicam por um lado a realização de todos os elementos necessários à realização plena do projeto da via, implicando o levantamento dos pontos de intercepção da área designada com edifícios e vias nos termos e regras da boa topografia-levantamento da área para além dos limites do corredor estritamente definido. c) A despesa anual estima-se em 18.000,00€ (dezoito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e encontra cabimento no plano plurianual de investimento do ano 2014, na rubrica 3.3.1.1. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto com convite a três empresas da área. O procedimento encontra fundamento legal no disposto no nº4, artigo 20º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos. e) Finalmente informa-se que ao preço base deste procedimento se aplicará ainda a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014, caso a isso esteja obrigado o presente contrato.” **O Arq.º Filipe Fontes, Diretor do Departamento de Urbanismo e de Promoção do Desenvolvimento da Câmara Municipal, fez a apresentação dos traçados sujeitos a levantamento topográfico. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima,

António Monteiro de Castro e Helena Soeiro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor do pedido de parecer prévio para a realização de procedimento necessário ao levantamento topográfico na área de implantação da nova Via de acesso ao Avepark, dada a importância estratégica que a mesma terá na organização da rede rodoviária no Norte concelho e nas deslocações para aquele parque tecnológico. O traçado previsto configurará uma infraestrutura rodoviária que visa a resolução de problemas ou constrangimentos de acessibilidades e operacionalidades, apresentando-se também como uma oportunidade de melhorar a acessibilidade à parte Norte do Concelho estabelecendo ligações locais mais fortalecidas nomeadamente à E.N. 310 e constituir uma forma não só de estrutura e balizar o território " criando nele uma coesão acrescida". A solução agora perspectivada promove e favorece a conexão do território, oferecendo ainda oportunidades de acesso/ligação da área central do Concelho à sua "parte Norte" melhorando assim a proximidade das freguesias aí localizadas à cidade e vice-versa, constituindo-se como um referencial urbanístico contributivo para a estruturação do território e legibilidade da sua ocupação. Possibilita ainda corredores paralelos, como outras formas de mobilidade mais ecológicas e sustentáveis, como a bicicleta e o modo pedonal (abrindo outras perspetivas de uso da infraestrutura em causa). Afigurando-se passível de contribuir para uma melhor apropriação do território por parte da população, contribuindo para a competitividade e capacidade já instalada no mesmo, pelo carácter da proximidade com vários núcleos industriais, a infraestrutura agora em questão





-“ via de acesso ao Avepark” -, surge já perspctivada na revisão do Plano Diretor Municipal e (que já foi alvo de discussão pública), e deverá rentabilizar e aproveitar as vias e infraestruturas instaladas no território, nomeadamente aquelas que potenciam a ligação e acesso à macro rede viária A7 e A11. Os espaços canal a ser alvo de levantamento topográfico são simplesmente esquemáticos e referenciadores, devendo conhecer desenvolvimento crítico aquando da elaboração do projeto, devendo adaptar-se à topografia do terreno, conciliação com grandes áreas naturais ou denominado solo rural, compatibilizado com núcleos habitacionais, conexão com rede local e atividade comercial, industrial e habitacional aí instalada, entre outras. O Avepark é um elemento importante da economia concelhia, visa o investimento na inovação tecnológica e na criação de valor e emprego qualificado, sendo fundamental que as empresas e centros de investigação aí instalados tenham acesso fácil e rápido aos principais eixos de circulação do país e ligação internacional. Assim, uma via ligando o Avepark às A7 e A3 foi reconhecida pelas entidades gestoras das candidaturas a fundos comunitários, como a CDCRN, como um programa a integrar no próximo quadro de projetos de investimento a apresentar à União Europeia. Num quadro de investimentos que não privilegiará as vias rodoviárias, só a condição de acesso a um parque tecnológico, essa sim uma área da ciência e do conhecimento que será valorizada no novo quadro comunitário, possibilitará a obtenção de apoios de financiamento à sua execução. A Via proposta será um investimento do Estado central que merecerá todo o apoio do Município, dada a importância concelhia de que se reveste. Esta nova via não deve ser considerada como alternativa à requalificação da EN 101, particularmente na ligação entre a

Cidade de Guimarães e a Vila das Caldas das Taipas. Essa intervenção, também da responsabilidade do Estado Central, por via da “Estradas de Portugal”, merece igualmente o nosso apoio, mas a sua concretização que iremos continuar a exigir, nunca resolveria a ligação do Avepark à autoestrada, pelo que se deve entender como uma necessária reabilitação de uma via de características iminentemente urbanas, com fortíssimos constrangimentos na alteração do seu perfil transversal disponível, sobretudo se pensada como uma solução capacitada para uma via como aquela que pretendemos ver estudada, e que apresenta limitações em consequência de estrangulamentos que não será possível eliminar. De facto a questão tem a ver com a impossibilidade física e incompatibilidade urbanística de adotar a solução defendida pelo Sr. Vereador Eng.º Monteiro de Castro e que segundo sua convicção “... se fosse dotada de um perfil transversal capaz de suportar 4 faixas de rodagem e separador central, permitiria também a concretização de uma melhoria substancial na **ligação ao Ave Parque**”. Que se fosse dotada também de uma **ciclovia**, reuniria condições de conforto e segurança para o uso da bicicleta como meio de deslocação, contribuindo assim para a melhoria ambiental do nosso concelho. Que contemplando a criação de passeios, assim como **baías para a entrada e saída de passageiros** dos transportes públicos, contribuiria claramente para estimular o uso dos transportes coletivos em desfavor dos transportes individuais...” (excerto retirado da declaração de voto dos vereadores da coligação Juntos por Guimarães), não se percebendo em nenhum momento como pretende implementar este perfil da cidade até de Fermentões ou da rotunda de S. João de Ponte até à Vila das Caldas das Taipas. Fica ainda por resolver e por pensar como se faria a ligação da



Vila das Caldas das Taipas ao Avepark, principal motivo deste projeto. Nesse sentido, votamos o presente pedido de parecer prévio, de forma à criação de todas as condições para a candidatura a apoios comunitários da nova Via proposta e, concedidos estes, para a sua execução no quadro de investimentos da Administração Central nos próximos anos.” -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: “A CDU vota esta proposta única e exclusivamente onde ela diz que é só e se trata apenas do estudo e do levantamento topográfico. Não quer dizer que apoie o traçado que está a ser proposto”. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores. Todos nós sem exceção reconhecemos a importância da Vila das Taipas e o peso e a influência que ao longo dos tempos adquiriu na área que a envolve, nomeadamente nas freguesias que lhe são contíguas. Quando nas freguesias desta zona das Taipas se pensa em equipamentos e estruturas de serviços públicos, como Saúde, Segurança, Ensino, música e outros, logo pensamos em Centro de Saúde das Taipas, Bombeiros das Taipas, GNR das Taipas, Banda de música das Taipas, correios das Taipas, piscinas das Taipas, Escola das Taipas, Hotel, Termas, etc. Na verdade, é imperioso reconhecer que a Vila das Taipas constitui um verdadeiro polo urbano do nosso concelho. Poder-se-á provavelmente afirmar, sem grande erro, que é aquele que tem maior expressão. Recentemente, no final do século passado, a construção nas Taipas de um polo do Parque de Ciência e Tecnologia, a par dos polos da Maia e da Vila da Feira, e mais tarde, com a reestruturação do Parque de Ciência e Tecnologia, transformado o

nosso polo no Avepark, potencializou-se esta zona como eventualmente uma das mais importantes do concelho. Não será por acaso, de resto, que a reunião da Câmara Municipal do dia de hoje se tenha vindo a realizar aqui mesmo. É o reconhecimento tácito e até mesmo explícito da importância que esta grande terra soube assumir ao longo dos tempos. Evidenciada claramente a relevante importância deste Centro Urbano do concelho, impõe-se senhor presidente e senhoras e senhores vereadores, uma intervenção urgente no respeitante à sua ligação ao centro da cidade. Referimo-nos, naturalmente à ligação Guimarães-Taipas. Tivemos já ocasião de afirmar publicamente e várias vezes, um vasto conjunto de razões a justificar tal intervenção. Desde já, poderemos dizer, que é um dos troços com maior fluxo rodoviário do nosso concelho. Que seria uma infraestrutura fundamental, e até mesmo vital, não só para o seu desenvolvimento integrado como também para promover a sua coesão social e territorial. Que serve todo o território Norte do Concelho com 19 freguesias: Fermentões, Ponte, Corvite, Prazins Sta. Eufémia e Prazins Stº Tirso, Taipas, Sande S. Clemente, Sande Vila Nova, Sande S. Martinho e Sande S. Lourenço, Santa Cristina de Longos, Balazar; Souto S. Salvador e Souto Santa Maria; Donim e Barco; Briteiros Santo Estevão, Briteiros S. Salvador e Briteiros Santa Leocádia. Que seria um projeto verdadeiramente estruturante do nosso concelho, por se manifestar de importância fundamental no papel de ligação das áreas e espaços destinados a receber as instalações de novas empresas e investimentos que se pretende captar para Guimarães, com vista à criação de novos empregos. Que se fosse dotada de um perfil transversal capaz de suportar 4 faixas de rodagem e separador central, permitiria também a concretização de uma melhoria substancial na **ligação ao Ave Parque**. Que se



fosse dotada também de uma **ciclovia**, reuniria condições de conforto e segurança para o uso da bicicleta como meio de deslocação, contribuindo assim para a melhoria ambiental do nosso concelho. Que contemplando a criação de passeios, assim como **baías para a entrada e saída de passageiros** dos transportes públicos, contribuiria claramente para estimular o uso dos transportes colectivos em desfavor dos transportes individuais. Manifestamente esta **verdadeira avenida** do Centro da cidade à belíssima vila Termal das Taipas, para além de todos os benefícios citados, alteraria profundamente a estética do nosso concelho. Rivalizaria esteticamente com o Centro Histórico e, estou certo, revolucionaria completamente a imagem do nosso concelho. Senhor presidente da câmara, senhoras e senhores vereadores, este projeto representa uma **visão estratégica** completamente diferente da agora pretendida como resposta à via de acesso ao Avepark, com a proposta de uma espécie de “via canal”. Enquanto a que propomos comporta e sustenta um projeto de **promoção do todo concelho**, apostando forte na sua coesão, na ligação do seu centro ao principal polo urbano e na qualidade estética urbana global, aspecto fundamental para a captação do investimento e fixação dos quadros. Optar pela **via canal** será optar pela promoção de apenas uma parte do território do concelho. Será fazer do Avepark um espécie de ilha de empresas, diretamente ligada à autoestrada, sem a importante ligação umbilical à cidade. Será criar condições para que quadros e colaboradores em geral, vindos do Porto ou arredores, entrem na ilha de manhã para o trabalho e regressem novamente à noite a casa, deixando-nos cá apenas a parte negativa, que é a poluição e o ruído e o seu não envolvimento na vida da nossa comunidade. É, para além disso, uma opção de forte e desnecessária **agressão**

**do ambiente** ao cortar novas encostas e dividir aglomerados urbanos já existentes. É sobretudo **gastar três vezes mais do que o necessário**, correndo mesmo o risco de não ser feita a via, já que o seu imprescindível financiamento comunitário estará posto em causa por este tipo de obras estarem fora dos apoios atualmente contemplados no presente quadro. São estas, resumidamente, algumas das razões que nos pondo contra esta opção, nos obrigarão a **votar contra** este pedido de parecer prévio para a realização do levantamento topográfico da nova via de acesso ao Avepark.” -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REESTRUTURAÇÃO DA REDE DE DADOS DO MUNICÍPIO (SEGMENTAÇÃO, SEGURANÇA E INTEROPERABILIDADE COM OPERADORES E REDE INTERMUNICIPAL)** – Presente a seguinte informação: “1. Objeto: Aquisição de serviços para a reestruturação da rede de dados do município (segmentação, segurança e interoperabilidade com operadores e rede intermunicipal). 2. Considerandos: • A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializada e experiência em gestão de redes IP e gestão de equipamentos de alta disponibilidade layer2 e layer3; • Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem existem postos de trabalho livres no mapa de pessoal que permitam novos recrutamentos; • Consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), foi-nos confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação que possam prestar estes serviços; • Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo



possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato consiste na aquisição de serviços para a reestruturação da rede de dados do Município (segmentação, segurança e interoperabilidade com operadores e rede intermunicipal). b) A despesa anual estima-se em 17.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02 - 02.02.20 (Serviços especializados), correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1, do art.º 20º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro com convite a três entidades; e) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, conforme documento em anexo.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E ALARMÍSTICA DA BASE DE DADOS DO ARQUIVO DOCUMENTAL DIGITAL** – Presente a seguinte informação: “1. Objeto: Aquisição de serviços para a implementação de um sistema de monitorização e alarmística da base de dados que suporta o arquivo documental digital, Oracle Enterprise Manager 11g Grid Control. 2. Considerandos: • A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem

conhecimentos e formação especializada e experiência em gestão e manutenção de base de dados Oracle; • Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem existem postos de trabalho livres no mapa de pessoal que permitam novos recrutamentos; • Consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), foi-nos confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação que possam prestar estes serviços; • Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de empregopúblico. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato consiste na aquisição de serviços para a implementação de um sistema de monitorização e alarmística da base de dados que suporta o arquivo documental digital. b) A despesa anual estima-se em 11.800,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02 - 02.02.20 (Serviços especializados), correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto, ao abrigo da alínea a), do nº 1, do art.º 20º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, com convite a três entidades; e) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, conforme documento em anexo.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE**





**PARECER PRÉVIO - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFIGURAÇÃO E TESTES DE INTEGRAÇÃO DA APLICAÇÃO DE URBANISMO SIGMA EM USO NO MUNICÍPIO COM FERRAMENTA DE TRABALHO PARA VISUALIZAÇÃO, REVISÃO E ANÁLISE DE DOCUMENTOS** – Presente a seguinte

informação: "1. Objeto: Aquisição de serviços de configuração e testes de integração da aplicação de Urbanismo SIGMA em uso no Município com ferramenta de trabalho para visualização, revisão e análise de documentos. 2. Considerandos: • A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e nas aplicações SIGMA; • Não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso à Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), em virtude de se tratar de serviços relacionados com software protegido por direitos exclusivos (aplicações SIGMA); • Trata-se de realização de trabalho não subordinado. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato consiste na aquisição de serviços de configuração e testes de integração da aplicação de Urbanismo SIGMA em uso no Município com ferramenta de trabalho para visualização, revisão e análise de documentos. b) A despesa estima-se em 12.200,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 12 - 02.02.20 (Serviços especializados), correspondente ao ano de 2014. d) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto

à MEDIDATA.NET - Sistemas de Informação, ao abrigo da alínea e), do nº 1, do art.º 24º Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, porquanto esta entidade detém direitos exclusivos sobre aquela aplicação informática; e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 33º da LOE 2014, por remissão do art.º 73.º do mesmo diploma legal, conforme documento em anexo.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA FORMAÇÃO EM TEATRO E ANIMAÇÃO DE IDOSOS DURANTE 12 MESES, 25 HORAS MENSAIS PARA A FORMAÇÃO E A DINAMIZAÇÃO DE GRUPOS DE PESSOAS IDOSAS VOLUNTÁRIAS** –

Presente a seguinte informação: “1.Objecto: No âmbito do “Projeto Animação Cultural a Idosos: Então vamos...” submetido, aprovado e inserido no Orçamento Participativo de 2013, pretende-se a aquisição de serviços na área de formação de teatro e artes performativas para a dinamização de atividades junto da população sénior localizada na Comissão Social Interfreguesias do Vale de São Torcato. 2. Considerando que: a execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em teatro e trabalho com grupos seniores de voluntários; de acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de



satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; consultada a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), foi-nos confirmada a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação que possam prestar estes serviços; trata-se da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público; 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 11 do art.º 73.º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a. O objecto do contrato é a aquisição de serviços na área da formação em teatro e animação de idosos durante 12 meses, 25 horas mensais para a formação e a dinamização de grupos de pessoas idosas voluntárias. b. A despesa estima-se em €9.000,00 (nove mil euros), repartidos em pagamentos mensais de €750,00 (setecentos e cinquenta euros) entre os meses de setembro de 2014 e agosto de 2015, isento de IVA ao abrigo do disposto no nº 15 da alínea a) do art.º 9º do CIVA, correspondendo ao ano de 2014 o montante de €3.000,00 (setembro a dezembro) e ao ano de 2015 o montante de €6.000,00 (janeiro a agosto). c. A despesa tem cabimento orçamental no ano de 2014 na rubrica 4.3.08 – Orçamento Participativo. d. O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, contratando Maria Manuela Ribeiro Ferreira, licenciada em Estudos Teatrais pela Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo (E.S.M.A.E.), atualmente a frequentar o Mestrado em Artes

Cénicas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tem um conhecimento da especificidade das atividades a desenvolver para o público-alvo abrangido, possui um profundo conhecimento do meio social e geográfico que abrange (União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, de Atães e Rendufe, e de Arosa e Castelões, São Torcato, Aldão e Gonça), demonstrando as competências necessárias para a realização deste serviço. e. Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f. A pessoa a contratar não tem dívidas à Segurança Social e ao Serviço de Finanças. g. Finalmente informa-se que não foi aplicada qualquer redução remuneratória ao preço base deste procedimento uma vez que a Câmara Municipal não contratou, em anos anteriores, qualquer serviço, desta ou de outra natureza, a esta prestadora de serviços.”

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR Nº 1/2014** - Presente o Relatório Final respeitante ao Procedimento Disciplinar instaurado à trabalhadora Maria Madalena de Castro Almeida, com a categoria profissional de Técnica Superior, aplicando-lhe a pena disciplinar pena de multa, correspondente a quatro remunerações base diárias. O Relatório Final, que se dá aqui por reproduzidos e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe a aplicação da pena disciplinar de multa, correspondente a quatro remunerações diárias. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR,**



**APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE MULTA, CORRESPONDENTE A QUATRO REMUNERAÇÕES BASE DIÁRIAS.** -----

**TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SELHO S. LOURENÇO E GOMINHÃES –**

Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito e Espaço Público: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito em Selho (S. Lourenço), União de Freguesias de Selho São Lourenço e Gominhães, de acordo com a postura em anexo. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia, e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nos arruamentos em causa.” A planta com a alteração de trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PROTEÇÃO CIVIL - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CALDAS DAS TAIPAS - PROPOSTA DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE VIATURA LIGEIRA DE COMBATE A INCÊNDIOS –**

Presente a seguinte proposta: “Conforme a Lei nº 27/2006 de 3 de Julho, referente à Lei de Bases da Proteção Civil, e a Lei nº 65/2007 de 12 de Novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, é dado aos Municípios a competência e a autoridade máxima local para a coordenação de operações da Proteção Civil, no âmbito concelhio, através do Serviço Municipal da Proteção Civil (SMPC). Hoje em dia, ao SMPC é reconhecido a sua importância e o seu primordial papel no que respeita à articulação com todos os agentes de Proteção Civil, à identificação e prevenção de riscos e à operacionalidade dos

meios. Neste particular, os principais e primeiros agentes de salvação e socorro da Proteção Civil são os Bombeiros. Com mais 130 anos de história em Portugal, a estes homens e mulheres, voluntários, é reconhecido publicamente o esforço, a entrega e a função que desempenham. As instituições sem fins lucrativos, que os acolhem e que coordenam os seus meios, não são diferentes de muitas outras que hoje passam grandes dificuldades, devido à crise que atravessamos e fundamentalmente devido à falta de apoio e programas de financiamento, que há muito escassa, em particular na área da Proteção Civil. Por outro lado, devido ao elevado número de ocorrências e à falta de meios, é cada vez maior o desgaste dos recursos existentes nas corporações de bombeiros, que à medida que os anos passam vão ficando obsoletos e com reparações cada vez mais onerosas. É por isso fundamental reintroduzir uma política de renovação de meios e recursos, que permita uma melhor prontidão e intervenção destes agentes. Tendo em conta todo este trabalho de prevenção e planeamento, verifica-se a existência de uma lacuna, em termos de meios, na corporação dos Bombeiros Voluntários das Taipas, referente ao combate aos incêndios. Esta lacuna, prende-se com a falta de uma viatura ligeira de combate a incêndios (VLCI) urbanos, com capacidade autónoma, que permita a circulação em vias estreitas em zonas urbanas e rurais, nas quais existe enorme dificuldade e até impossibilidade de aceder com viaturas pesadas de combate a incêndios. A Câmara Municipal de Guimarães no uso da sua capacidade e competência, sensível aos argumentos acima apresentados, pretende corresponder ao pedido realizado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Taipas, preenchendo a lacuna existente, propondo apoiar esta instituição na aquisição de uma viatura ligeira de combate a incêndios



urbanos, vulgo VLCI, que ascende aos 140 mil euros. Assim, a Câmara Municipal propõe a atribuição de um apoio no valor de 68.000,00€ (sessenta e oito mil euros), apoiando parte do valor da aquisição da viatura.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AMBIENTE - CONTRATO DE EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE COVELAS E RECONVERSÃO DA ATUAL LIXEIRA – SIRVA**

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Espaços Verdes: “No âmbito do proc. N.º 346/07.7BEPRT, que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel, a AMAVE acordou, em transação judicial aprovada por sentença de 17 de janeiro de 2014, pagar a quantia de 470.634,86€ à empresa Soares da Costa, SA, valor devido pela execução da empreitada do aterro sanitário de Covelas e reconversão da atual Lixeira, em Santo Tirso, que pertence ao SIRVA, conforme documento que se junta em anexo (doc. 1). Neste acordo judicial ficou estabelecido que aquele montante seria pago em 10 prestações mensais e sucessivas, no valor 47.063,49€, vencendo-se a primeira no dia 15 de março, e as restantes em igual dia dos meses seguintes. A AMAVE, por deliberação do Conselho de Administração tomada em sua reunião do passado dia 18 de março, aprovou fazer repercutir a cada município, os custos de investimento com esta empreitadas de obras públicas, na proporção da percentagem de 35,18% para o Município de Guimarães, percentagem que resulta da média dos últimos 5 anos de RSU produzidos por cada município constituinte do SIRVA. Deste modo, a AMAVE vem agora solicitar ao Município de Guimarães que pague as dez prestações que lhe são imputadas, a iniciar em março de 2014, na quantia de 16.556,93€ cada, e no valor total de 165.569,34€. Acrescido dos custos

incorridos com processos no Tribunal Administrativo, no valor de 2.511,85€, pagos juntamente com a primeira prestação. A última prestação será paga em dezembro do corrente ano. Para este efeito é agora necessário que a Câmara Municipal delibere assumir esta despesa, bem como aprovar a minuta da cessão parcelar de dívida e cessão de posição contratual que foi apresentada ao Município pela AMAVE, e que resulta igualmente dos termos da transação aprovada na sentença suprarreferida, conforme documento em anexo (doc. 2). Em face ao exposto, remete-se à reunião de câmara para deliberação a minuta da cessão parcelar de dívida e cessão de posição contratual, bem como o pagamento das despesas que são imputadas, no valor total de 168.081,19 € (cento e sessenta e oito mil, oitenta e um euros e dezanove cêntimos). Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AMBIENTE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À INVESTIGAÇÃO NO LABORATÓRIO DA PAISAGEM, ATRAVÉS DE BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO**

– Presente a seguinte proposta: “Conforme estabelecido desde a sua génese e conforme planeado na sua conceptualização o Laboratório da Paisagem iniciará a sua função de investigação, desenvolvimento, sensibilização, formação e educação aplicada ao ambiente, agricultura e ecologia, numa parceria entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Universidade do Minho. A Universidade do Minho, para além do acompanhamento e do apoio através do conhecimento e da experiência científica aplicada a estes equipamentos, desenvolverá a atividade laboratorial através de I&D, permitindo desenvolver candidaturas a financiamentos, através de fundos comunitários, aplicados às diversas áreas ambientais e agrícolas. Para





desenvolver esta atividade, empenhará a tempo inteiro investigadores, em regime de bolsa de investigação, bem como professores coordenadores das diferentes áreas científicas, nomeadamente de hidráulica, de geografia e de biologia. No âmbito desta parceria, competirá ao Município disponibilizar as instalações do Laboratório da Paisagem e compartilhar nos custos com o financiamento das bolsas de investigação. Para este efeito, propõe-se que a Câmara Municipal de Guimarães atribua um subsídio à Universidade do Minho, no valor de 27.000,00€ (vinte e sete mil euros), para o corrente ano de 2014, destinado a apoiar estas bolsas de investigação a serem desenvolvidas no Laboratório da Paisagem, ao abrigo do disposto na alínea ff) do n.º 1 do art.º 33 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Este apoio, significa o arranque da componente científica, de investigação e desenvolvimento, que permitirá realizar candidaturas e projetos em parte autossustentáveis e autofinanciáveis. Este regime de parceria, com atribuição deste subsídio, fica estabelecido até ao final de 2014, período durante o qual se perspectiva o desenvolvimento de diversos projetos, bem como a análise do projeto a desenvolver e apresentar quanto ao modelo de parceria a instituir entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Universidade do Minho.” **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS** – Presente a seguinte proposta. “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PIM” - com o objetivo

de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **TERRAPLANAGENS FALCÃO, Lda.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **42%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. **Maria Fernanda Alves de Oliveira Monteiro** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e



determinado a percentagem de **22%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **INTERHIGIENE – Indústria de Produtos de Higiene, Lda.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a candidatura se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **77%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **TERRAPLANAGENS FALCÃO, LDA**, por **Maria Fernanda Alves de Oliveira Monteiro**, pela empresa **INTERHIGIENE – Indústria de Produtos de Higiene** nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2**. As referidas propostas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TURISMO - ADESÃO DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO DE  
TURISMO PORTO E NORTE** –

Presente a seguinte proposta do Vereador José Bastos: "A Associação de Turismo do Porto e Norte, A.R. – Porto Convention & Visitors Bureau (ATP) é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1995 por um conjunto de instituições com interesse no desenvolvimento da atividade turística no Porto e Norte de Portugal. A associação tem por fim desenvolver e promover externamente o Porto e Norte de Portugal como destino turístico, contribuindo decisivamente como catalisador da imagem de prestígio e notoriedade junto dos diversos mercados internacionais. A Câmara Municipal do Porto assume atualmente a Presidência da Direção, existindo outros Municípios que fazem parte do seu núcleo de associados. Também os principais agentes económicos do Porto e Norte de Portugal são associados da ATP: No que concerne a entidades públicas, conta no seu leque de associados com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal e a ANA Aeroportos. No tocante a entidades privadas destacamos, entre outras, o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, a Universidade do Porto, a AEP, a APHORT, a APAVT, a AMTC – Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, a Associação Geoparque de Arouca, a Fundação de Serralves, a Rota do Românico do Vale do Sousa, e os principais atores da região (hotéis, agências de viagens, organizadores profissionais de congressos, centros de congressos, transportadoras de turismo, quintas, caves de Vinho do porto, restaurantes, empresas de audiovisuais, etc. A ATP, pela sua representatividade, rigor e know-how foi nomeada pelo Turismo de Portugal como a única entidade do Porto e Norte de Portugal elegível para a promoção do Destino na qualidade de Agência



Regional de Promoção Turística do Destino. A atual Direção da ATP imprimiu novos modelos de gestão de recursos e revolucionou a estratégia de promoção, alicerçada na proximidade e transparência, fomentando novas sinergias, consolidando as existentes e implementando soluções conjuntas com os Associados, de forma a garantir máxima eficácia na promoção externa do Destino. Por outro lado, a Associação concretiza, anualmente, um plano de marketing que contempla: Ações com a Imprensa; Ações com agentes do sector (workshops, roadshows, Fam Trips, captação e apoio de congressos internacionais); Presença em feiras e certames internacionais; Publicidade online e offline; Canais online; Apoio a Rotas Aéreas. Este plano de marketing é desenvolvido nos mercados prioritários e estratégicos do Porto e Norte de Portugal, sempre no intuito de elevar a notoriedade da marca-destino e de criar, simultaneamente, oportunidades de negócio para os seus associados. Para o ano de 2014, esta Agência Regional de Promoção Turística, em colaboração com o Turismo de Portugal, definiu os seguintes mercados/produtos como os mais apropriados para a promoção externa do Destino: Mercados: Espanha; França; Brasil; Alemanha; Reino Unido; Itália; Holanda; EUA; Bélgica; Escandinávia. Produtos estratégicos: Touring, City Breaks, Turismo de Natureza e Turismo de Negócios. Produtos complementares: golfe, saúde e bem-estar, náutico, vinhos e gastronomia. A eventual adesão do Município de Guimarães à ATP permitir-lhe-ia beneficiar das seguintes contrapartidas: Integração na Associação de Turismo do Porto e Norte, AR., com estatuto de Membro Equiparado; Projeção e promoção da Entidade / imagem através das ações promocionais inscritas no plano de marketing; Inclusão em diverso material promocional da ATP (Meeting Guide; factsheet

personalizada, Portal da Promoção Externa – visitportoandnorth.travel e [www.portocvb.com](http://www.portocvb.com)); Participação em workshops organizados pela ATP; Inclusão nas visitas educacionais e visitas de imprensa organizadas pela ATP; Inclusão nas visitas de inspeção organizadas pela ATP; Apoio em ações promocionais no Destino; Acesso à BD da ATP (Clientes internacionais e prestadores de serviços); Sales leads; newsletters; listas de eventos; Apoio à Internacionalização dos Associados, através dos Planos de Comercialização e Venda, mediante apresentação de um Plano de Marketing, a ATP comparticipa 40% do investimento realizado pelo Associado; Acesso ao material promocional, publicações profissionais, vídeos e gifts da ATP. Considerando que o interesse em aderir à Associação de Turismo do Porto e Norte é, em função da exposição supra, inequívoco, propõe-se submeter à Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, por remissão do n.º 3 do art.º 56.º e do art.º 59.º, todos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a presente proposta, que implica a assunção de uma quota mensal, calculada em função da capacidade de alojamento turístico do Município, de €2.085,00. Juntam-se, em anexo, os estatutos da Associação”. Os Estatutos da Associação de Turismo do Porto e Norte dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**EDUCAÇÃO - CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE DA UNIVERSIDADE DO MINHO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para o dia 17 de Abril, para efetuar o transporte dos



participantes, no âmbito do II Congresso Ibero-Americano, que se realizou entre os dias 13 e 16 de Abril. Assim, considerando que se tratou de um evento que incluiu uma visita pelos locais de maior interesse turístico e cultural e que se trata de uma oportunidade de divulgação e promoção do concelho, por despacho a 3 de abril de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à aprovação o apoio, para ratificação.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - PARCERIA ABAE/MUNICÍPIOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA ECO ESCOLAS 2014** - Presente a seguinte proposta

da Vereadora Adelina Paula Pinto: “A Câmara Municipal de Guimarães coopera para a implementação do Programa Eco-Escolas, desde os anos 2001/2002 sendo que esta pareceria tem produzido efeitos positivos, ao nível da obtenção do respetivo Galardão, por parte das escolas aderentes, constituindo-se igualmente como um indicador de desenvolvimento sustentável e de eficiência ao nível da educação ambiental. Os Projetos Eco Escolas desenvolvidos nas escolas do Concelho têm contribuído para uma efetiva sensibilização e consciencialização ambiental, pela promoção de atividades pedagógicas, que contribuem de forma efetiva para a promoção de uma eco sustentabilidade na própria escola, reduzindo assim o impacto no ambiente e os custos no seu funcionamento. Por outro lado, os projetos Eco Escolas só podem ser efetivados mediante o estabelecimento de parceria entre a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e a Câmara Municipal de Guimarães. Nestes termos e analisada a parceria mais uma vez proposta, no âmbito do assunto em epígrafe, propõe-se a assinatura do protocolo (em anexo) entre o Município de Guimarães e a Associação Bandeira Azul da Europa, no qual o

Município se compromete a apoiar as Escolas inscritas no Programa Eco Escolas 2013/2014, pela atribuição de um subsídio no valor de 70€/escola, num total de 11, perfazendo 770,00€ de apoio, conforme proposta em anexo. Note-se que o contributo financeiro solicitado por escola, que é essencial para assegurar o desenvolvimento deste projeto, se destina à comparticipação parcial das despesas inerentes à implementação do Programa (despesas de gestão, mailings, produção de materiais, edição de bandeiras e certificados, pagamento à FEE internacional da quota/escola, etc.). As Escolas inscritas encontram-se discriminadas em anexo. O referido protocolo e a discriminação das escolas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - CASFIG - ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A CASFIG – Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para o dia 14 de Junho, a fim de efetuar o transporte das famílias residentes nos empreendimentos de habitação social pertencentes ao município de Guimarães, em passeio a Vieira do Minho. Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela empresa municipal e os apoios concedidos em varias atividades, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 1 de abril de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara para deliberação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar**





**impedida uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.**-----

**CULTURA – COMISSÃO ORGANIZADORA DA FEIRA DE GADO E CORRIDA DE CAVALOS - FESTAS DE S. JORGE – PEVIDÉM - ATRIBUIÇÃO DE TREFÉUS** – Presente, para ratificação, o

despacho do Presidente da Câmara, datado de 24 de abril de 2014, que atribuiu, à Comissão Organizadora da Feira de Gado e Corrida de Cavalos, integrada nas Festa de S. Jorge em Pevidém, dois troféus destinados à corrida de cavalos, estimando-se o seu custo em 37,00€.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.**-----

**CULTURA – CINECLUBE DE GUIMARÃES - EDIÇÃO DE GUIMARÃES, DAQUI HOVE RESISTÊNCIA** – Presente a

seguinte proposta: “Na passagem dos 40 anos sobre o 25 de Abril de 1974 pretende o Cineclube de Guimarães editar um livro que se denominará “Guimarães, Daqui Houve Resistência”, que constituirá um rico acervo de depoimentos de pessoas que têm em comum o território — Guimarães — e que aqui, daqui ou tendo vindo para aqui, travaram combates, enfrentaram lutas, fizeram em muitos casos “Abril antes de Abril”. A obra contará com depoimentos de lutadores antifascistas, sob os mais diversos pontos de vista, representantes dos operários católicos progressistas, artistas, militares de Abril, dirigentes estudantis, entre outros. A edição desta obra tem um custo estimado de seis mil euros, montante de que o Cineclube não dispõe na totalidade, pelo que solicitam apoio financeiro da Autarquia para viabilizar a sua concretização, bem como autorização de acesso ao espólio fotográfico propriedade do Município respeitante ao 25 de Abril e ao 1º de Maio de 1974 em Guimarães para efeito de publicação de algumas daquelas fotos no livro a editar. Em contrapartida,

dispõe-se o Cineclube a oferecer ao Município 50 exemplares da referida edição. Assim, por se tratar de um contributo que julgamos muito válido e importante para tornar presente a memória dos acontecimentos de resistência democrática ocorridos a partir de Guimarães antes, durante e após o 25 de Abril de 1974, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição ao Cineclube de Guimarães, inscrito no RMECARH sob o nº 501536515, de um subsídio de €2.000,00, destinado a apoiar a edição da obra, bem como autorização de acesso e utilização, para o mesmo efeito, do espólio fotográfico propriedade do Município referente aos acontecimentos nela tratados.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO - XXI GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DE SERZEDO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO** – Presente a seguinte proposta: “No próximo dia 1 de maio, a União das freguesias de Serzedo e Calvos levará a cabo a XXI edição do Grande Prémio de Atletismo de Serzedo, prova esta que já teve a participação de grandes nomes do atletismo nacional, mas que nos últimos anos tem apostado prioritariamente na formação, com uma média significativa de 200 atletas. Debalde a enorme dificuldade sentida nos últimos tempos na organização deste evento desportivo, a prova nunca deixou de se realizar ao longo dos últimos vinte anos, constituindo um estímulo importante à promoção da atividade física e do desporto numa zona do com concelho carenciada de atividades desportivas regulares. Neste sentido, propõe-se a atribuição de um apoio até 500,00€ (quinhentos euros) em troféus para este evento desportivo, que constitui objetivamente uma mais-valia para a promoção do desporto para todos no nosso concelho, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO APROVAR**



**POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PÚBLICO – O Presidente da Câmara perguntou ao público presente se queria intervir, tendo-se inscrito um conjunto de cidadãos, cujas intervenções a seguir se enunciam.**-----

**Prof. Costa e Silva** – Felicitou a atuação dos músicos da Banda Musical de Caldas das Taipas, a Junta de Freguesia pelo receção e a Câmara Municipal pela iniciativa da reunião de Câmara descentralizada. Felicitou, ainda, a Corporação dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas pela comemoração do seu 127.º aniversário. Comentou os estudos apresentados, dizendo que alguns ficam aquém do que era necessário fazer. Chamou a atenção para as obras que são feitas e que, depois de concluídas, voltam a ser danificadas por conta de obras da VIMÁGUA. Disse não ter ficado suficientemente esclarecido sobre o projeto da centralidade das Taipas, considerando que a apresentação foi muito rápida. Disse que era importante fazer-se o registo das árvores, pois algumas já representam sinais de perigo para as pessoas. -----

**Sérgio Araújo** - Disse ser com grande orgulho que recebia uma reunião de Câmara nas Taipas e na Escola que o formou, saudando a iniciativa das reuniões descentralizadas. Disse que se orgulhava de ser vimaranense elogiando a Câmara pela sensibilidade autárquica, por querer perceber o que se passa nas freguesias e por querer dar voz às Taipas. Disse que os projetos apresentados não estão em si encerrados mas que serão disponibilizados à população para que sobre elas possa emitir opinião. Continuou, referindo que Guimarães tem demonstrado uma enorme dinâmica e tem projetado o nome da cidade a nível

internacional, lembrando, a propósito, a Capital Europeia da Cultura 2012 e a Cidade Europeia do Desporto 2013. No seguimento, e perspetivando a Cidade Europeia Verde referiu a importância de despoluir o Rio Ave, bem como a Ribeira da Canhota. Referiu os problemas causados pela imposição da ligação à rede de saneamento, solicitando que fosse pensado um programa de apoio a quem tem dificuldades financeiras para esse efeito. -----

**Ângelo de Freitas** – Cumprimentou todos os presentes. Fez uma referência histórica da região de Caldas das Taipas nomeadamente na grande procura desta localidade para tratamentos termais e no reconhecimento de potencial que a natureza atribuiu a esta Vila. Elencou as conquistas e os anseios da população das Caldas das Taipas, considerando que nas últimas décadas a decadência tomou conta da localidade, culminando na perda da qualidade de vida dos seus residentes, apontando, como exemplo a perda de quatro praias fluviais, a poluição do Rio Ave, o encerramento das Termas durante mais de uma década por falta de saneamento público, o abandono dos jardins, a falta de acessibilidades à autoestrada, a extinção da Junta de Turismo das Taipas. Reclamou investimento na Vila, dizendo que a Câmara Municipal não tinha tratado a região como merecia e manifestando o desejo de que a Autarquia cumpra as promessas feitas para esta Vila.-----

**Abílio Freitas** – Disse que era importante esclarecer uma questão abordada pelo cidadão Ângelo de Freitas informando que, em devida altura, fomentou reuniões com o então Vice-Presidente da Câmara, Sr. António Castro e o Técnico Arq.º Vítor Fernandes, tendo defendido, juntamente com os então Presidentes das Juntas das Freguesias de Barco, Briteiros Santo Estevão e Donim, a localização do nó da autoestrada em Brito/Taipas. -----

**Presidente da Junta de freguesia de Sande S. Martinho –**

Começou por agradecer a realização da reunião de Câmara descentralizada. De seguida, abordou o problema das inundações na Rua do Emigrante, aproveitando para agradecer aos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas que prontamente socorrem as pessoas que têm sofrido com esta situação. Solicitou a execução da pavimentação da Rua dos Lameiros na sequência de uma intervenção já concluída na Rua de Lamas, da vizinha freguesia de Sande S. Lourenço, bem como uma intervenção na Rua Salgado Barreto. Por último, disse que a Câmara Municipal enviou para a EB1 de Sande S. Martinho uma fotocopiadora avariada não tendo, ainda resolvido o problema. -----

**Dr. Cândido Capela Dias** – Congratulou-se com este tipo de reuniões descentralizadas, uma vez que aproxima os cidadãos eleitores dos eleitos no exercício pleno da democracia, acrescentando que este novo relacionamento só é possível porque há hoje uma nova forma de entendimento. Disse que esta reunião valeu a pena porque foram tornados públicos os projetos em desenvolvimento para esta região. Referiu que era importante que o estudo prospetivo e o projeto da centralidade fossem passados à prática e colocados à análise dos cidadãos. Referiu também a importância da recuperação das zonas ribeirinhas e do Parque de Campismo que diz encontrar-se num estado deplorável. Disse, ainda, ser necessário conversar e debater o assunto, de forma abrangente e alargada uma vez que a Vila das Taipas tem alguns problemas históricos que devem ser ultrapassados, designadamente equipamentos municipais aqui instalados e cuja gestão não tem a representação dos órgãos locais da freguesia. --

**Presidente do Centro de Atividades Recreativas Taipense –**

Congratulou-se com a realização desta reunião. Sobre o projeto da

Escola EB 2,3, disse ter ficado satisfeito que estivesse previsto que o Pavilhão Desportivo fosse para utilizar também pela comunidade local, aberto à população, podendo o Centro de Atividades Recreativas Taipense aproveitar esta possibilidade. Disse, a propósito, que também o CART disponibilizava as suas instalações para serem utilizadas pelos alunos da EB 2,3 de Caldas das Taipas no decorrer das obras de requalificação. -----

**Vereador André Coelho Lima** – Disse que era importante tomar uma posição relativamente àquilo que disse o cidadão Ângelo Freitas, visto que discorda que as Taipas seja uma Vila de terceiro mundo, tendo demonstrado muito orgulho em que a Vila das Taipas pertença ao concelho. Disse ser importante que os equipamentos estruturantes da Vila das taipas tenham a participação dos eleitos locais. Sobre a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sande S. Martinho disse ser inadmissível que uma rua termina com a sua requalificação e não tenha continuação freguesia vizinha. Finalmente, sobre a intervenção do cidadão Sérgio Araújo, disse concordar com um programa de apoio ao pagamento da ligação ao saneamento público, lembrando uma proposta apresentada pelo PSD e reprovada pela maioria socialista. Finalmente, disse querer saudar a decisão do Presidente da Câmara de realizar este tipo de reuniões, terminando com a leitura de uma proposta do PSD apresentada em reunião de Câmara de 5 de dezembro de 2002 tendo em vista a realização de uma reunião de Câmara municipal de Guimarães em cada uma das vilas do concelho de Guimarães, até ao final do mandato, tendo sido, ao tempo, reprovada pelo Partido Socialista. -----

**Presidente da Câmara** – Disse que não iria responder às intervenções em que não foram apresentadas questões. Esclareceu, contudo, que o projeto prospetivo e o projeto da



centralidade estavam ainda em desenvolvimento, pelo que não deveriam ser vistos como documentos fechados ou concluídos. Na altura própria, quando os projetos estiverem concluídos serão apresentados nas Taipas, no edifício sede da Junta de Freguesia. Disse que a candidatura a Cidade Europeia Verde é um desígnio de grande dificuldade mas não abdicará de tornar Guimarães num espaço de referência na Europa. Relativamente à questão da Ribeira da Canhota disse que o problema terá que ser resolvido aquando da execução da centralidade. Quanto à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sande S. Martinho disse ser importante atuar na Rua das Lameiras. Ao cidadão Ângelo Freitas disse que a história das Taipas é feita de sucessos e insucessos e que na sua intervenção referiu algo de muita injustiça dizendo que António Magalhães foi um Presidente da Câmara de referência que o futuro se encarregará de confirmar. Finalizou agradecendo, uma vez mais, ao Dr. José Augusto Araújo a receção proporcionada, informando que a próxima reunião descentralizada se realizará na Vila de Pevidém. -----

**PELAS TREZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----